CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM-LAGES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM - LAGES

A Presidenta do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM-LAGES,** no uso das atribuições que lhe confere a LEI COMPLEMENTAR Nº 426/2013, **CONVOCA** as Conselheiras Titulares e Convida as Conselheiras Suplentes, para a **REUNIÃO SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 14 de agosto 2026 (sexta-feira) das** 14h às 16h. A **reunião será realizada de forma presencial, na UNIPLAC**, no Bloco 1, sala 1245 (sala do Gecal), segundo andar (atrás dos miniauditórios).

PAUTA

- Abertura da sessão e verificação do quórum;
- Aprovação da Pauta;
- Aprovação da ata da reunião plenária anterior;
- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos;
- Avaliação da execução das ações Agosto Lilás e dos resultados da programação;
- Discussão sobre relatos de assédio ocorridos no CAVE/UDESC;
- Avaliação da nova logomarca do Conselho;
- Apresentação dos trabalhos das Comissões;
- Apresentação do programa Adapta Cidades;
- Sugestão de Pauta para Próxima a Reunião;
- Agenda Livre

Sendo o que tínhamos para o momento e certas de sua participação, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Vera Lucia Vargas

Vera Lucia Vargas

Presidenta do CMDM

Rua Santa Cruz, 155 – B. Centro – CEP 88501-030
(49) 3019 7454
cmdm.lages@gmail.com

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

Ata nº 188

Aos quatorze do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, das 14h às 17h, realizou-se reunião do Conselho, com a presença das seguintes participantes: Fundação Instituto Nereu Ramos, Presidente, Vera Lucia Vargas; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e Inovação, Bruna Helen dos Santos; Secretaria Municipal da Educação, Susi Couto Koche; Secretária Municipal do Meio Ambiente, Ana Carolina Demeneck; Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulher e para Pessoa Idosa, Suzane Duarte, Marina Liz Pereira; Secretaria Municipal da Saúde, Dayane Cristina Bordin; Clube Soroptimista de Lages, Marli Coscodai Souza; Cooperativa Terras Altas, Josilaine Antunes Pereira , Suzane Faita, on-line; Lar Menino Deus, Karen Voltolini Machado; Uniplac, Mareli Eliane Graupe; Lar Vicentini, On-line; Ouvinte: Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM),Denise Paes Pereira; Setorial de Mulheres do PT, Julia Forel da Costa; Secretaria de Politicas Publicas da Mulher e Pessoa Idosa, Talissa S. da Silva; Neavit, Rochelle de Medeiros da Costa. A Presidente, Vera Lucia Vargas, fez a abertura da reunião. Na sequência, foi apresentada a pauta da reunião. Conforme a necessidade do responsável pela elaboração da nova identidade visual do Conselho, Vinícius Prado, foi alterada a ordem dos assuntos previstos na pauta, para que fosse realizada inicialmente a apresentação das propostas de identidade visual. Vinícius Prado, responsável pela apresentação, explicou que o trabalho foi desenvolvido a partir da análise da identidade atualmente utilizada pelo Conselho, buscando atualizá-la sem apagar sua história, considerando como princípios a diversidade, a representatividade, o acolhimento, a proteção, a contemporaneidade, a credibilidade institucional e a possibilidade de utilização da identidade em diferentes meios, tanto digitais quanto impressos. Foram apresentadas três propostas conceituais: a primeira, baseada na diversidade e representação de diferentes mulheres, simbolizando voz coletiva, acolhimento, representatividade e coletividade; a segunda, baseada em uma síntese visual e em um símbolo próprio, com características de contemporaneidade, elegância e versatilidade; e a terceira proposta, como uma atualização da identidade visual já existente, buscando preservar elementos reconhecidos pelo Conselho e, ao mesmo tempo, promover sua modernização. Também foram apresentadas as possibilidades de aplicação das marcas nas versões vertical, horizontal e em símbolo isolado, além de aplicações para materiais institucionais, documentos, redes sociais, banners e demais peças. Durante a discussão, foram apresentadas opiniões sobre as propostas, destacando-se a preferência pela primeira alternativa, ao mesmo tempo em que houve interesse pela terceira, justamente por representar uma continuidade da identidade já utilizada pelo Conselho. Foi apontada preocupação quanto à representação do globo terrestre na proposta, uma vez que, dependendo da forma apresentada, poderia transmitir a impressão de uma grade ou de mulheres fechadas, entendimento contrário à proposta de acolhimento e liberdade que o Conselho pretende transmitir. Diante disso, foi solicitado ao designer que realizasse novos refinamentos, inclusive com diferentes possibilidades de posicionamento e representação do globo, para posterior análise das conselheiras. Ficou acordado que as versões ajustadas

seriam encaminhadas ao Conselho para compartilhamento no grupo e posterior votação, não sendo definida naquele momento a versão definitiva. Na sequência, foi discutida a questão contratual referente ao desenvolvimento da identidade visual. Foi esclarecido que, por se tratar de pagamento realizado por meio de recursos públicos, existem procedimentos administrativos prévios, incluindo empenho e tramitação interna, não sendo possível garantir pagamento imediato. Diante disso, foi solicitada a alteração do prazo previsto no contrato, inicialmente de quinze dias, para prazo de até trinta dias, de modo a evitar eventual incidência de multa em razão dos trâmites administrativos. O prestador concordou com a adequação. Também foi solicitado que fosse avaliada a possibilidade de incluir no valor contratado a elaboração da arte do banner. Ficou estabelecido que, após a definição da identidade pelo Conselho, o contrato seria ajustado, encaminhado para assinatura e, posteriormente, seriam realizados os procedimentos necessários para emissão da nota e pagamento. Na sequência, foi registrada a presença de convidadas e participantes, bem como a existência de quórum para o desenvolvimento dos trabalhos. A pauta foi então colocada em apreciação e aprovada pelas presentes. Em seguida, foi colocada em apreciação a ata da reunião anterior, que também foi aprovada pelas presentes. Passou-se à leitura dos ofícios recebidos e expedidos. Foi informado que, conforme deliberações da reunião anterior, foram encaminhados ofícios relacionados à programação do Agosto Lilás, sendo eles: Ofício nº 28/2026, referente ao evento do dia 29 de agosto, no Mercado Público, com exibição de filme e bate-papo; Ofício nº 29/2026, referente à realização de palestra e roda de conversa no dia 28 de agosto; e Ofício nº 30/2026, também relacionado à programação do dia 29 de agosto, cuja organização ficará sob responsabilidade de Suzane Faita. Também foi encaminhado o Ofício nº 31/2026 à Transul, tratando da proposta de passe livre para gestantes, ainda sem retorno. Foram encaminhados ofícios circulares à Secretaria Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Assistência Social, relacionados à situação de uma unidade de saúde e às demandas apresentadas na reunião anterior. Foi ainda encaminhado o Ofício nº 34/2026 ao 6º CRPM, solicitando participação nas ações do Agosto Lilás e reforço da segurança para mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como o Ofício nº 35/2026 à Prefeita Municipal, tratando da necessidade de fortalecimento da estrutura da Secretaria de Políticas Públicas para Mulher e Pessoa Idosa, especialmente quanto à necessidade de equipes técnicas, considerando a insuficiência de profissionais. Foi informado, ainda, o encaminhamento do Ofício nº 32/2026 à Secretaria da Agricultura, solicitando a indicação de novas representantes para o Conselho, tendo sido realizado contato com o secretário responsável, que se comprometeu a verificar a situação e encaminhar as respectivas indicações. Registrou-se também o encaminhamento de ofício ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – COMID, manifestando apoio institucional ao Conselho dos Direitos da Mulher e da Pessoa Idosa. Por fim, registrou-se a publicação da Resolução nº 02, relacionada à identidade visual, e a disponibilização das atas das reuniões anteriores do Conselho no site da Prefeitura.

Em seguida, foi realizada a avaliação da execução das ações do Agosto Lilás e da programação desenvolvida pela Secretaria da Mulher e instituições parceiras. Foram relatadas ações realizadas em empresas, escolas, unidades de saúde e outros espaços, bem como atividades de formação com profissionais, incluindo assistentes sociais e profissionais das UBS. Também foram mencionadas ações realizadas e programadas em outros municípios, além de participação em atividades acadêmicas, sessões da Câmara de Vereadores e outras iniciativas de sensibilização e prevenção da violência contra as mulheres. **Quanto ao Seminário do Agosto Lilás,** foi informado que a programação estava sendo organizada, com alterações decorrentes da impossibilidade de participação de uma das convidadas inicialmente confirmadas. Foram mencionadas as demais convidadas e a possibilidade de participação de autoridades e profissionais com atuação na área de violência contra as mulheres. Também foi apresentada a programação cultural, com possibilidade de apresentações musicais, e reforçada a necessidade de divulgação das inscrições, inclusive pelas redes sociais do Conselho. O seminário estava previsto para ocorrer no dia 24 de agosto, no CCJ, com credenciamento a partir das 18 horas, entrega de materiais e realização de café de recepção. Também foram discutidas as **atividades previstas para os dias 28 e 29 de agosto. Para o dia 28, foi mencionada atividade no Mercado Público, em parceria com a Economia Solidária, com previsão de roda de conversa, apresentação artística e outras atividades. Para o dia 29, foi planejada atividade de exibição de filmes e roda de conversa, sendo discutidas diferentes possibilidades de filmes e participantes.** Foram sugeridos nomes de mulheres com diferentes trajetórias e experiências para compor a atividade, com o objetivo de garantir diversidade de perspectivas e ampliar o diálogo sobre as diferentes formas de violência e vivências das mulheres. Na sequência, foi destacada a importância das ações de capacitação profissional e empreendedorismo feminino. Foi informado o início de novo curso de costura, em parceria com o CENCIVESTE Confecções, com participação de mulheres que receberiam qualificação visando à possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou desenvolvimento de empreendimento autônomo. Também foi informado que seria aberto edital para ocupação das unidades da Vila do Artesanato, como forma de incentivo à geração de renda e autonomia econômica das mulheres. Durante a discussão, foi ressaltada a necessidade de ampliar as oportunidades de capacitação para mulheres de diferentes faixas etárias, inclusive mulheres mais velhas, uma vez que algumas empresas parceiras estabelecem critérios de idade para contratação. Foi mencionada ainda a intenção da Secretaria da Mulher de estruturar uma sala própria de costura, possibilitando formação contínua de mulheres em diferentes níveis de qualificação. Posteriormente, foi aberta discussão sobre a composição da programação do Seminário do Agosto Lilás e sobre a participação do Conselho como parceiro da atividade. A conselheira Josilaine Antunes manifestou preocupação em relação à participação da Vice-Governadora, questionando seu posicionamento político e sua relação com determinadas pautas relacionadas aos direitos das mulheres. Ressaltou que, em sua avaliação, o Conselho deveria refletir sobre as pessoas escolhidas para representar e defender suas bandeiras, especialmente considerando o histórico do movimento feminista e as pautas relacionadas aos direitos das mulheres. Solicitou que sua manifestação constasse em ata. Em resposta, foi esclarecido que a convidada havia sido indicada pela própria organização da Secretaria e também pela Prefeita,

considerando sua trajetória profissional e sua atuação anterior na área de enfrentamento à violência doméstica, inclusive sua participação na implantação da primeira DPCAMI no Estado. Foi ressaltado que sua participação estaria vinculada à temática de enfrentamento à violência contra as mulheres e não a uma manifestação político-partidária. Também foi colocado que a Secretaria possui autonomia para definir a programação de seu evento. Diante da divergência apresentada, foi sugerido que a plenária deliberasse especificamente sobre a manutenção ou não do Conselho como parceiro do seminário. Realizada a votação, foi discutida a manutenção do Conselho como parceiro do Seminário do Agosto Lilás. Após manifestações das conselheiras, foi deliberado pela **manutenção da participação do Conselho como parceiro da atividade**, ficando ressaltado que a participação não afastaria o papel fiscalizador e institucional do Conselho. Também foi sugerida a existência de mediação durante o evento, de modo a garantir a condução adequada dos debates e a contextualização das falas dentro da temática de enfrentamento à violência contra as mulheres. Após a deliberação, o assunto foi encerrado para prosseguimento da pauta. Em seguida, passou-se a uma discussão considerada de grande relevância para o Conselho, relacionada a relatos de assédio e violência contra estudantes nas imediações e no ambiente universitário. Foi relatado que, após discussão realizada em reunião anterior, novas informações e denúncias chegaram à Secretaria da Mulher e ao Conselho, envolvendo estudantes que teriam sido abordadas e assediadas nas proximidades da universidade. Foi informado que uma estudante procurou atendimento e apresentou boletim de ocorrência, tendo sido realizados encaminhamentos junto à Delegacia e ao Ministério Público. Também foi mencionado que o possível autor de uma das situações havia sido identificado e qualificado para continuidade dos procedimentos. A convidada Júlia relatou que o Setorial de Mulheres vinha recebendo diversas denúncias relacionadas a assédio sexual e que, inicialmente, as situações mais recorrentes diziam respeito às abordagens sofridas por estudantes nos arredores da universidade, especialmente nos deslocamentos para suas residências. A partir desses relatos, passou-se também a discutir situações de assédio dentro do ambiente acadêmico, envolvendo diferentes relações entre professores e estudantes, estudantes entre si e outras formas de violência. Foi relatada a dificuldade de formalização das denúncias, especialmente quando as vítimas dependem academicamente dos professores denunciados ou temem consequências para sua trajetória profissional e acadêmica. Durante o debate, as conselheiras questionaram o funcionamento dos canais de denúncia e ouvidoria das instituições de ensino superior, buscando compreender quem recebe as denúncias, como elas são encaminhadas, quais providências são adotadas e de que maneira as vítimas são acompanhadas. Foi ressaltada a necessidade de que os canais de denúncia sejam efetivos, acessíveis e conhecidos pelos estudantes, bem como de que haja segurança para que as vítimas possam denunciar sem receio de exposição ou retaliação. Também foi mencionado que a ausência de devolutiva ou de informações sobre o tratamento das denúncias pode desestimular novas denúncias. Foi relatado ainda que, em situações ocorridas nas imediações da universidade, houve orientação para acionamento da Polícia Militar pelo telefone 190, porém também foram mencionados casos em que a polícia teria sido acionada e não teria comparecido ao local. Diante disso, discutiu-se a necessidade de compreender melhor as responsabilidades de cada instituição e

o fluxo de atendimento existente. Como encaminhamento inicial, foi proposta a expedição de **ofício às instituições de ensino superior** para que informassem formalmente seus canais de ouvidoria, o fluxo de recebimento, atendimento, apuração e encaminhamento das denúncias, bem como os mecanismos de acompanhamento das vítimas. Também foi discutida a possibilidade de participação dos representantes da comunidade acadêmica nos conselhos e instâncias internas das universidades, considerando que esses representantes podem contribuir para a compreensão de como as denúncias são tratadas institucionalmente. Foi ressaltado que a existência de uma denúncia deve possibilitar a abertura de procedimento de apuração e que o Conselho precisava conhecer os mecanismos existentes antes de definir novos encaminhamentos. Durante o debate, foi ressaltado que a denúncia não precisa necessariamente ser realizada pela própria vítima, podendo ser realizada por terceiros que tenham conhecimento da situação, inclusive por meio de canais que permitam o anonimato, dependendo de sua regulamentação. Ao mesmo tempo, foi apontada a necessidade de esclarecer como funciona a denúncia anônima e quais providências podem ser adotadas quando não é possível estabelecer contato posterior com quem realizou o relato. Destacou-se que o problema não deveria ser colocado como responsabilidade da vítima por não denunciar, uma vez que existem diversas razões para que uma mulher ou estudante tenha medo de formalizar uma denúncia, especialmente quando existe relação de poder entre vítima e autor. Foi também discutida a necessidade de trabalhar não apenas com as vítimas, mas igualmente com os possíveis autores de assédio e violência, inclusive por meio de ações educativas e grupos reflexivos. Foi ressaltado que determinadas pessoas podem não reconhecer suas próprias condutas como violência, sendo necessário desenvolver estratégias de conscientização e responsabilização. Nesse sentido, foi sugerida a realização de ações específicas tanto com estudantes quanto com professores e demais integrantes da comunidade acadêmica. Outra preocupação levantada foi a ausência de dados consolidados sobre as denúncias. Foi sugerido que o Conselho solicite às instituições de ensino superior informações quantitativas e qualitativas sobre os casos registrados nos últimos anos, bem como as providências adotadas. Ressaltou-se que não seria suficiente saber apenas se existe um canal de denúncia, sendo necessário verificar se os estudantes conhecem esse canal, se efetivamente o utilizam, quais situações são registradas e quais providências são tomadas pelas instituições. As conselheiras também discutiram a possibilidade de que o problema não esteja restrito a uma única instituição, considerando que existem diversas universidades e instituições de ensino superior no município. Dessa forma, foi defendida uma abordagem mais ampla, envolvendo todas as instituições, de modo a obter dados comparativos e compreender a realidade local. Também foi discutida a necessidade de preservar o sigilo e a segurança das vítimas, considerando o receio de exposição por parte de colegas e da própria comunidade acadêmica. A conselheira Josilaine Antunes apresentou três sugestões de encaminhamento: realização de reunião do Conselho e da Secretaria da Mulher com a direção/reitoria da instituição de ensino; realização de debate público sobre o tema na Câmara de Vereadores, com participação da Procuradoria da Mulher e demais órgãos competentes; e elaboração de um posicionamento público do Conselho diante da gravidade das situações relatadas. Após discussão, ficou estabelecido que, antes da realização dessas ações, seriam solicitados dados formais às instituições, para subsidiar as

próximas decisões. Após nova apreciação da matéria, ficou deliberado que o Conselho encaminhará ofício a todas as instituições de ensino superior do município, solicitando dados sobre situações de violência e assédio envolvendo estudantes, bem como os respectivos encaminhamentos realizados. Foi ressaltada a importância de que o ofício contemple diferentes modalidades de violência, incluindo assédio moral e sexual, e não apenas situações entre estudantes. Ficou estabelecido que, após o recebimento e análise dos dados, o Conselho voltará a discutir a realização de reunião com as instituições, eventual encaminhamento ao Ministério Público, discussão na Câmara de Vereadores e elaboração de nota ou manifestação pública. Foi ainda mencionado que a situação divulgada envolvendo uma instituição de ensino superior de outro município reforça a necessidade de tratar a questão de forma mais ampla, inclusive no âmbito estadual, e não somente a partir de um caso local. A intenção é utilizar os dados recebidos para compreender a dimensão do problema e definir ações institucionais adequadas. Na sequência, foram apresentados os trabalhos da Comissão de Monitoramento. Foi informado que, em 2025, a Secretaria da Mulher e Pessoa Idosa realizou 150 atendimentos durante todo o ano, enquanto, em 2026, em apenas sete meses, já haviam sido registrados 1.690 atendimentos, representando crescimento expressivo. Também foi informado que, em 2025, a Casa de Apoio acolheu 30 mulheres e 38 crianças, enquanto, em 2026, já haviam sido acolhidas 22 mulheres e 29 crianças. As conselheiras discutiram que o aumento dos números, embora represente uma situação preocupante, também pode indicar maior procura pelos serviços e maior reconhecimento da Secretaria da Mulher e Pessoa Idosa como espaço de acolhimento e proteção. Quanto às medidas protetivas de urgência, foi informado que, naquele ano, já haviam sido registradas 604 medidas concedidas, com destaque para o mês de março, quando foram registradas 123 medidas, período também marcado por ocorrência de feminicídios. O Conselho discutiu ainda a questão da subnotificação dos casos de violência, destacando que o SINAN registrava 54 notificações no período. Foi esclarecido que o SINAN possui finalidade estatística e de produção de indicadores, não constituindo, por si só, instrumento de investigação ou punição. Foi ressaltada a necessidade de orientação aos profissionais de saúde para que compreendam corretamente a finalidade da notificação e evitem deixar de realizá-la por receio de que isso represente uma denúncia formal. Também foi discutida a demanda por atendimento psicológico às mulheres vítimas de violência. Foi esclarecido que as vítimas podem ser encaminhadas diretamente pelos serviços de saúde, sem necessidade de seguir a fila comum, buscando garantir maior rapidez e evitar exposição. Informou-se ainda que houve redução da demanda reprimida de atendimento psicológico, que anteriormente chegou a quase cem pessoas e, naquele momento, encontrava-se em torno de vinte e cinco pessoas, em razão da ampliação da equipe de atendimento. Foi ressaltado que a violência psicológica constitui uma das principais demandas relacionadas à violência doméstica. Em seguida, foi discutida uma demanda relacionada ao Conselho Tutelar, apresentada por profissionais das áreas da educação e da saúde. Foram relatadas dificuldades na relação entre profissionais e Conselho Tutelar, especialmente quanto à forma de tratamento das denúncias e à preservação do sigilo das pessoas que realizam os relatos. Foi apontado que alguns profissionais estariam deixando de realizar denúncias por receio de que sua identidade fosse revelada às famílias envolvidas. As conselheiras consideraram a situação grave

e defenderam a necessidade de reunir informações e documentos antes de qualquer medida formal. Durante o debate, foram relatadas situações consideradas graves, inclusive relatos de possível quebra de sigilo, perseguição e ameaças a profissionais após denúncias, bem como questionamentos sobre determinadas condutas atribuídas a conselheiros tutelares. Foi ressaltado que o Conselho Tutelar possui função essencial na proteção dos direitos das crianças e adolescentes e que eventuais condutas inadequadas precisam ser documentadas e analisadas de forma responsável. As conselheiras destacaram que não se deveria realizar acusação sem elementos comprobatórios, sendo necessário organizar documentação, mapear as situações e, posteriormente, buscar os encaminhamentos adequados. Também foram mencionadas outras situações envolvendo atuação de conselheiros tutelares e possível interferência em questões que estariam sob análise do Poder Judiciário. Diante da gravidade dos relatos, ficou encaminhado que seria realizado levantamento da documentação e das situações relatadas, com posterior encaminhamento à Secretaria de Políticas Públicas da Mulher e Pessoa Idosa Marina Liz Pereira, para organização e análise do material. Na sequência, foram apresentados os trabalhos da Comissão de Legislação e Normas. Foi informado que a comissão deu continuidade ao estudo da legislação estadual relacionada às políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, identificando que diversas ações previstas na legislação já são desenvolvidas pelo Conselho e pela Secretaria da Mulher e da Pessoa Idosa. Foi avaliado positivamente o trabalho desenvolvido no município, embora também tenham sido apontados aspectos da legislação que ainda podem ser implementados ou ampliados. Entre os pontos discutidos, destacou-se a legislação que prevê a disponibilização de informações e canais de denúncia em estabelecimentos como hotéis, motéis, pousadas, bares, restaurantes, casas noturnas, clubes, agências de viagem, salões de beleza, academias, clínicas estéticas e postos de abastecimento. Foi observado que alguns estabelecimentos já apresentam boa adesão, enquanto outros ainda necessitam de maior divulgação e implementação. Surgiu, então, a proposta de atualização dos materiais informativos e de uma atuação conjunta do Conselho e da Secretaria da Mulher e Pessoa Idosa para ampliar a divulgação desses canais. Também foi apresentada a ideia de criação de **um selo para empresas parceiras do enfrentamento à violência contra as mulheres,** mediante adesão a políticas institucionais, capacitação dos colaboradores, prevenção do assédio e adoção de práticas de inclusão e igualdade nas contratações. Foi ressaltado que a proposta ainda não estava sendo submetida à votação, mas seria uma possibilidade de atuação futura do Conselho para fortalecer a implementação das políticas públicas e aproximar o setor privado das ações de enfrentamento à violência. A comissão informou ainda que realizou uma leitura inicial da legislação federal, ficando prevista a continuidade do estudo e apresentação dos resultados em reunião posterior. Em seguida, foi introduzida a discussão sobre o **Diagnóstico Socioterritorial**, destacando-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher estava sendo convidado a participar da construção conjunta dos indicadores com os demais conselhos municipais. Foi ressaltada a importância de o Conselho apresentar seus próprios indicadores e demandas, de modo que as necessidades específicas das mulheres estejam contempladas no diagnóstico. Na discussão dos indicadores, foi apontada a necessidade de aprimorar a caracterização da população feminina, incluindo aspectos relacionados a gênero, raça e diferentes grupos de mulheres, tendo

sido mencionada expressamente a necessidade de contemplar as mulheres trans. Também foram discutidos os indicadores referentes à maternidade, gestação, saúde reprodutiva e saúde integral da mulher, incluindo acesso a consultas preventivas, mamografia, prevenção e tratamento do câncer de mama e colo do útero, doenças crônicas, atendimento psicológico, uso de álcool e drogas, pré-natal, planejamento familiar e métodos contraceptivos. No eixo relacionado à violência e proteção, houve discussão sobre a necessidade de identificar os diferentes tipos de violência, tais como física, psicológica, patrimonial e doméstica, bem como os mecanismos de proteção e os obstáculos enfrentados pelas mulheres para romper relacionamentos abusivos e reconstruir sua autonomia e segurança. As conselheiras ponderaram, entretanto, sobre a dificuldade de obter informações confiáveis quando se pergunta diretamente às mulheres se elas já sofreram violência, considerando o caráter sensível da questão e o risco de subnotificação. Também foi observado que alguns termos técnicos podem não ser compreendidos pela população, sendo necessário formular as perguntas de maneira simples e acessível. Foi defendido que o diagnóstico deve utilizar, sempre que possível, dados oficiais já disponíveis nos órgãos competentes, e que eventual pesquisa com mulheres deve priorizar informações que possam efetivamente contribuir para a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, surgiu a proposta de reformular perguntas para verificar, por exemplo, se as mulheres conhecem a Secretaria da Mulher, o Conselho dos Direitos da Mulher, os serviços oferecidos e os canais de denúncia, em vez de questioná-las diretamente sobre experiências pessoais de violência. Também foi considerada relevante a identificação do conhecimento das mulheres sobre os tipos de violência existentes. No eixo da rede de atendimento, foi destacada a importância de mapear os serviços disponíveis, incluindo Secretaria e Coordenadoria da Mulher, CRAS, CREAS e unidades de saúde, bem como verificar se as mulheres conhecem e conseguem acessar essa rede. Na área da educação, foram apontados indicadores relacionados à escolaridade, alfabetização, conclusão do ensino fundamental, médio e superior, evasão escolar, qualificação profissional, capacitação, geração de renda e oferta de cursos com horários compatíveis com trabalho e maternidade. Também foram citados outros eixos, como trabalho, renda e autonomia econômica; maternidade, cuidado e sobrecarga; moradia e condições de vida; segurança alimentar; mobilidade e acesso territorial; vulnerabilidades específicas; cultura, esporte e lazer; participação; percepção das mulheres e análise territorial.

A discussão avançou para a própria necessidade e formato do diagnóstico. Foi informado que havia sido levantada a preocupação quanto ao custo elevado da realização de um diagnóstico socioterritorial amplo e quanto à possibilidade de já existirem dados suficientes em sistemas como IBGE, CadÚnico e sistemas das Secretarias. Ao mesmo tempo, foi defendida a importância de um diagnóstico que permita compreender de maneira integrada as necessidades dos diferentes públicos do município e orientar a aplicação dos recursos e as políticas públicas. Foi ressaltado, entretanto, o risco de que um diagnóstico muito amplo se transforme em um verdadeiro censo, com questionário excessivamente extenso, dificultando a obtenção de informações úteis. Também foi ponderado que um diagnóstico amplo poderia levar longo período para ser concluído e que, quando finalizado, parte das informações poderia já não representar a realidade do município. Foi discutida ainda a necessidade de estabelecer periodicidade para atualização dos dados e os custos envolvidos nessas revisões. Diante

dessas questões, foram apresentadas alternativas para obtenção de informações de forma mais rápida e com menor custo, inclusive por meio de uma plataforma ou formulário próprio. Nesse sentido, ganhou destaque a proposta de criação de um **canal de pesquisa direcionado diretamente às mulheres do município**, podendo ser disponibilizado por meio de link ou QR Code, inclusive em locais de grande circulação, como o terminal urbano, escolas e empresas. Foi ressaltada a necessidade de garantir anonimato e segurança das participantes. A proposta permitiria ao Conselho identificar necessidades, percepções e possíveis diferenças territoriais, podendo inclusive levantar informações por bairro, faixa etária e outros recortes relevantes. Foi considerada uma alternativa potencialmente menos onerosa do que a contratação de um diagnóstico amplo, além de possibilitar atualização periódica dos dados. Ao final da discussão sobre os indicadores, foi reafirmada a intenção de encaminhar os indicadores construídos pelo Conselho para o grupo responsável pelo diagnóstico, permanecendo a possibilidade de aprimoramento das questões e de construção de alternativas de pesquisa própria. Por fim, foi retomada a pauta da próxima reunião. Ficou indicada como prioridade a **avaliação do Seminário do Agosto Lilás**, bem como o início do planejamento das ações relacionadas aos **21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Também foram mencionadas outras atividades previstas para os meses de setembro e outubro e a necessidade de organizar previamente as ações e datas. Ficou acordado que eventuais ajustes de calendário e demais encaminhamentos seriam tratados pelo grupo do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada por mim, Mithielle Toigo, Secretária Executiva. Após lida e aprovada, será assinada pelas conselheiras presentes.

Vera Lúcia Vargas

Vera Lúcia Vargas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM Lages

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM – LAGES

Ata 188

Dia: 14/08/2026 (sexta-feira)
Hora: Das 14h às 16h
Local: Uniplac (Gecal)
Mesa Diretora 2024 - 2027
Presidenta: Vera Lucia Vargas
Vice-presidenta: Suzana P. M. Duarte
1ª. Secretária: Priscila de Moura Stein
Tesoureira: Mareli Eliane Graupe

ENTIDADE GOVERNAMENTAL	CONSELHEIRA	ASSINATURA
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	Mayane Mores Branco	
	Delvair Aparecida Valente	
Secretaria Municipal de Assistência Social		
	Adriana Til	
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação	Bruna Helen dos Santos	Bruna Helen dos Santos
	Michelle Aparecida Freitas	
Secretaria Municipal de Educação	Ana Paula de Bona Sartor	
	Susi Couto Koche	Susi Couto Koche
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Ana Carolina Vieira Demeneck	
	Karla de Fátima Rodrigues	
Secretária Municipal de Políticas para a Mulher e para o Idoso	Suzana P. M. Duarte	
	Marina Liz Pereira	
Secretaria Municipal de Saúde	Dayane Cristina Bordin	Dayane Bordin
	Mariana Ap. de O. M. Schulze	
SOCIEDADE CIVIL	**CONSELHEIRA**	**ASSINATURA**
Associação Serrana de Deficientes Físicos -ASDF	Ildete Aparecida da Silva Vieira	
	Vanilda Antunes Correa	
Clube Soroptimista de Lages	Marli Coscodai Souza	
	Maria Beatriz Cordeiro Zago	

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM

Cooperativa Terras Altas	Josilaine Antunes Pereira	
	Suzane Faita	Suzane Faita
Lar Vicentino	Mariana Barbosa Pereira	
	Zilda Terezinha Furlan Figueiredo	
Fundação Instituto Nereu Ramos	Vera Lucia Vargas	Vera Lucia Vargas
	Rose Maria Ferreira	
Lar Menino Deus	Karen Voltolini Machado	
	Andreya Louise Costa	
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense	Mareli Eliane Graupe	Mareli Eliane Graupe
	Jaiane Branco	
OSC'S SUPLENTES	**CONSELHEIRA**	**ASSINATURA**
Lar Vicentino ON LINE	Mariana Barbosa Pereira	
	Zilda Terezinha	
Fórum de Mulheres do Mercosul-FMM	Erli Aparecida Camargo	
	Denise Paes Pereira	Denise Paes
OUVINTES		
Setorial de mulheres do PT	Júlia Forell da Costa	
SEC. DE POL. PARA MULHER E.P.I	TALISSA SÂMILLY DA SILVA	
MEMVITTIMPSC	Rochelle de Medeiros da Costa	Rochelle Costa